

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA PARA INCLUSÃO DE DISCALCÚLICOS: UM ESTUDO DE CASO.

Ana Júlia de Oliveira - Graduando do Curso de licenciatura em matemática da Universidade Federal – IFPE

Erika Carla Alves Canuto da Costa - Mestre em Ensino de Ciências e Matemática e Docente do Curso de licenciatura em matemática da Universidade Federal - IFPE

Contatos: anajuliaoliveiradeassis@gmail.com
erika.canuto@pesqueira.ifpe.edu.br

RESUMO

Este trabalho faz parte de um Projeto de Iniciação Científica que teve como objetivo a análise da formação de professores de licenciatura em matemática no que diz respeito à educação inclusiva, especificamente, sobre a Discalculia. Utilizamos autores como Lanúzia Almeida Brum Ávila, Jussara Bernardi, Relma Urel Carbone Carneiro, Priscila Macacari, João Pedro da Ponte, entre outros, para poder embasar nossa pesquisa. Nesta pesquisa, foi utilizada uma abordagem de caráter quali-quantitativo, na qual foi feito um estudo de caso em forma de entrevista com alunos de licenciatura em matemática do IFPE/Campus Pesqueira e um levantamento de dados em relação ao quantitativo de alunos dentro da rede municipal com deficiência. O resultado principal do nosso trabalho apontou que a formação inicial de professores no IFPE não é suficiente para o contexto em que eles vão trabalhar, isso por que eles têm apenas um tópico em uma disciplina que aborda assuntos sobre deficiência e cerca de 83% (oitenta e três por cento) não sabem o que é a discalculia, ademais, eles apontaram na entrevista que são favoráveis a adquirirem mais informações sobre as deficiências, pois não se sentem preparados para lecionar sem obterem esse conhecimento.

Palavras-chave: Formação de professores, Educação inclusiva, Discalculia

INTRODUÇÃO

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica a inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, mas sim dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Existem algumas lacunas nos cursos de licenciaturas, principalmente no que se refere a preparação do docente para atuar em salas de aulas onde existam pessoas com necessidades especiais. A maioria dos professores tem um embasamento teórico e conhecimento da área que atua, mas não tiveram acesso a um processo de formação que contemple um carga teórica e metodológica para trabalhar com alunos em condições especiais, isso vale para formações iniciais e continuadas. Estudos em neurociência vêm surgindo com muita frequência para auxiliar professores e pesquisadores da área a

compreender como o cérebro funciona durante a aprendizagem. Mesmo com esses avanços, ainda continua sendo difícil encontrar teses que possam auxiliar especificamente na parte da discalculia. A discalculia é um distúrbio provavelmente tão frequente como outros distúrbios de aprendizagem e vem recebendo mais atenção atualmente. Se trabalharmos da maneira correta podemos diminuir do caso sério para o caso moderado ou leve, A partir do diagnóstico precoce e a partir de então buscamos a neuroplasticidade neural, a capacidade do sistema nervoso de mudar de se adaptar a alguns tratamentos que podem diminuir a dificuldade dos alunos.

METODOLOGIA

Local: Instituto Federal de Educação de Pernambuco, campus Pesqueira (IFPE/Campus Pesqueira).

Público alvo: 86 alunos matriculados no período 2020.2

Objetivo: Investigar como se dá a formação inicial de professores que atuam no ensino de matemática referente à Educação Inclusiva, em especial quanto aos alunos discálclicos.

Etapas: (1) Leitura do Projeto Curricular do Curso (PPC) a fim de obter informações sobre as ementas das disciplinas e observar se as mesmas trazem em seu ementário alguma abordagem de conteúdos relacionada à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas disciplinas de Práticas, Estágio e Ensino. (2) Coletada de dados através de questionário dividido em dois momentos, o primeiro momento investigamos o perfil dos alunos matriculados no semestre 2020.2 no curso de Licenciatura em Matemática de diferentes períodos e o segundo momento referente a percepção do mesmo sobre a temática e as contribuições do IFPE/Pesqueira nesse processo de formação.

Análise dos dados: foi realizada de forma quantitativa apresentando em forma de gráficos e de forma qualitativa na análise das respostas apresentadas para as perguntas em aberto.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a Constituição, a Educação Básica e de qualidade é um direito de todos, ao longo de muitos anos pessoas com necessidades especiais não eram incluídas nesse

“todos”, atualmente é defendido e garantido que todos os alunos com necessidades especiais, devem ser inseridos em escolas regulares de ensino básico.

Para falarmos em educação inclusiva precisamos antes entender o significado da palavra inclusão. Segundo O dicionário Aurélio (2010) traz a palavra inclusão como o “ato de compreender, abranger; conter em si; inserir, introduzir; estar incluído ou compreendido; fazer parte”.

A constituição Federal, Título VIII, da origem social, cita no artigo 208 que:

III- Atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

IV- 1º- O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.

V- Acesso aos níveis mais elevados de ensino da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Para Glat et. Al, (2006) a educação de alunos com necessidades educativas especiais que, tradicionalmente, pautava-se por um modelo de atendimento clínico e segregado tem se voltado nas últimas duas décadas para a chamada Educação Inclusiva.

Segundo Oliveira, a educação inclusiva se caracteriza por,

Incluir os portadores de necessidades especiais ou com distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus graus, pois nem sempre a criança que é portadora de necessidades especiais (deficiente), apresenta distúrbio de aprendizagem, ou vice versa, então todos esses alunos são considerados portadores de necessidades educativas especiais” (OLIVEIRA, 2002).

É necessário entender que não é apenas inserir fisicamente uma pessoa com necessidade especial no âmbito escolar, é necessário criar condições adequadas para o espaço onde o mesmo esteja inserido seja o mais próximo possível do comum para todos, e não diferenciá-lo pela sua condição física, psicológica ou mental. Em muitas situações os alunos são jogados em salas de aulas sem nenhuma condição estrutural, com profissionais sem qualificação adequada para atender as necessidades dos discentes.

A Educação Brasileira torna-se insuficiente ao atendimento de alunos com deficiência quando o quesito é inclusão, pois ao incluir o aluno especial na sala de aula tradicional demanda muitas vezes mudança na prática escolar, na concepção do educador e na realidade do professor que nem sempre está com uma graduação que atenda a demanda de alunos com deficiência.

A formação acadêmica nos cursos de licenciatura deve-se aprofundar a temática Educação Inclusiva. Segundo Bueno (1999)

Devem existir, dois tipos de formação profissional para o docente. Um tipo seria os professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e o outro tipo seria os professores “especialistas” nas diferentes "necessidades educativas especiais", quer seja para atendimento direto à essa população, ou para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos.

Esses tipos de professores são afirmados na LDB 9.394/96 em seu inciso III do art.59, onde diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

É importante que existam cursos de formação voltados para Educação Especial na Educação Inclusiva para alunos de graduação assim como para professores que estejam na ativa para garantir um ensino de qualidade e atender de formar satisfatória a todos os alunos, independente de sua condição física, psicológica e/ou neurológica.

A maioria dos professores tem um embasamento teórico e conhecimento da área que atua, mas não tiveram acesso a um processo de formação que contemple um carga teórica e metodológica para trabalhar com alunos em condições especiais, isso vale para formações iniciais e continuadas.

A formação de professores é um termo que se refere a formação básica, formação complementar e continuada. Desta forma, questionamentos buscam entender o que a formação inicial dos professores procura, Se ela está atenta aos avanços da sociedade, Ademais, há a indagação se a teoria e a prática possuem realmente uma conexão. Por fim, também se questiona, na prática docente, quem são os professores de matemática e o que os torna competentes.

A formação de professores procura formar profissionais capacitados e competentes para exercerem o cargo de sua profissão. Ensinar não é tão simples como muitos pensam, na verdade ensinar é um ato de relacionamento, pois o docente convive por muitos meses e até anos com cada aluno, de certo modo, ajudam a desenvolver parte do caráter do aluno, envolvendo questões como ética, aprimora o senso de certo e errado, trabalha a parte de argumentações baseadas em algo verdadeiro.

Essa formação recebe com frequência comentários críticos de diversos setores, na sociedade, parece que existe uma certa incredulidade sobre a qualidade da formação de professores.

Tardif (2008) defende que, na formação de professores, os alunos devem ser reconhecidos como sujeitos do conhecimento, pois não devem ser delimitadas a aprender sobre as disciplinas acadêmicas e sobre como devem proceder no trabalho, “o principal desafio para a formação nos próximos anos será o de abrir um espaço maior para os conhecimentos práticos dentro do próprio currículo” (TARDIF, 2008, p,241).

Os alunos de licenciatura em matemática passam quatro anos (se terminarem no período certo) assistindo aulas que grande maioria são passadas de maneira tradicional, para depois aprenderem a como se deve passar, a quais materiais usar, quais maneiras de explicar, ou seja, a maneira que vai aplicar esse conhecimento em sala de aula. “Numa disciplina, aprender é conhecer, mas numa prática, aprender é fazer o conhecer fazendo” (Tardif, 2008, p 271).

De acordo com a Política nacional de educação especial tendo em vista a educação inclusiva (BRASIL,2007), a Educação Inclusiva deve ter início na educação infantil, quando se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento. No Brasil, a Educação Inclusiva surgiu a partir da promulgação da constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na qual é previsto no artigo 208, no inciso 3o - “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Atualmente, vemos que a entrada de alunos com deficiência nas escolas regulares se tornou real, e essa mudança acabou se tornando umas principais pautas sobre como fazer acontecer uma educação para todos sem exceções e que ainda por cima seja uma educação de qualidade.

Um dos maiores desafios está na prática pedagógica, pois tem que ser intencional e direcionada para que então possa realmente acontecer a inclusão.

No momento em que o professor detiver o conhecimento dos instrumentos de ação para efetivar sua prática educativa e não só tiver o conhecimento, mas souber operacionalizar estes instrumentos em favor de seu alunado, passará então a ter liberdade de criação e direcionamento de sua prática embasada em uma teoria viva. (ZANATA, 2004, p. 9).

A inclusão são ações que são criadas para combater todos os tipos de discriminação entre eles, raça, cor, religião, LGBTs, deficientes e etc. Neste assunto podemos perceber o quão é importante que esse tema chegue a todas as áreas da educação, mas, neste trabalho, vamos focar na licenciatura em matemática. Mesmo a área da educação especial que vem sendo mais conhecida, e aos poucos profissionais desenvolvendo novas técnicas, novos materiais concretos

e manipuláveis, entre outros, mas a aprendizagem que realmente acontece em sala de aula passa por sérios problemas como a falta de recursos e profissionais aptos para, enfim, trabalharem com alunos deficientes.

Tendo em vista as direções que a LDB apresenta acerca da educação de crianças com necessidades especiais, o MEC criou o referencial curricular nacional para educação infantil em 2001. No qual, propõe maneiras táticas e ensinamentos para a educação de alunos com deficiência. (BRASIL, 2001).

Se observarmos a parte 5.1 sobre orientações gerais o documento recomenda que é preciso sete pontos para que se possa atender e ensinar a crianças deficientes:

- Disponibilizar recursos humanos capacitados em educação especial/ educação infantil para dar suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada por intermédio da oferta de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão;
- Realizar o levantamento dos serviços e recursos comunitários e institucionais, como maternidades, postos de saúde, hospitais, escolas e unidades de atendimento às crianças com NEE, entre outras, para que possam constituir-se em recursos de apoio, cooperação e suporte;
- Garantir a participação da direção, dos professores, dos pais e das instituições especializadas na elaboração do projeto pedagógico que contemple a inclusão;
- Promover a sensibilização da comunidade escolar, no que diz respeito à inclusão de crianças com NEE;
- Promover encontros de professores e outros profissionais com o objetivo de refletir, analisar e solucionar possíveis dificuldades no processo de inclusão;
- Solicitar suporte técnico ao órgão responsável pela Educação Especial no estado, no Distrito Federal ou no município, como também ao MEC/SEESP;
- Adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2001, p. 24-26)”.

Como podemos perceber, o trabalho é longo, difícil e árduo, mas não é impossível, essas intervenções precisam ser efetuadas na escola tendo então como objetivo previsto criar e oferecer uma escola que seja capaz de dar aos alunos deficientes condições de aprendizagem, de se desenvolverem tanto na vida acadêmica como na vida pessoal, tomando suas próprias decisões e compreendendo o que estão decidindo.

Mas as perguntas que surgem são “os professores em sua formação acadêmica desenvolveram conhecimentos para a prática inclusiva? E como os professores podem colaborar de fato no processo de inclusão na sua disciplina de matemática?”. Pois muitos alunos de licenciatura em matemática não se sentem preparados para trabalhar em sala de aula na qual alunos deficientes estejam matriculados e se observamos bem muitos desses alunos que estão matriculados podem até estar frequentando a escola, mas será q de fato eles estão aprendendo ou só estão “empurrando com a barriga”? Em alguns casos, os alunos até estão presentes em salas de aula regulares, mas os professores ensinam os conteúdos focando nos demais alunos, assim sendo, não lhes é dada a chance de realmente aprenderem e mostrarem do que são capazes.

Não podemos negar que existem sim muitos materiais que facilitam os assuntos matemáticos, mas muitos professores optam por não os utilizar ou não trabalhar com a sala como um todo, pôr o contrário se é feita uma divisão em que de um jeito ensino aos deficientes e desse outro jeito ensino aos demais.

Para que uma escola possa ter alunos deficientes, o sistema escolar deve ser preparado para ofertar, deve haver formação continuada de professores e gestores que deve tratar sobre a inclusão, tendo materiais necessários sendo eles - materiais manipuláveis, didáticos, concretos etc., tendo também a contratação de profissionais capacitados, ou seja, é necessário ter toda uma preparação escolar para que, enfim, haja uma escola de fato inclusiva. Segundo Glat e Pletsch (2011, p. 31):

O aluno está incluído fisicamente na turma comum e pode até ter uma boa integração social com os colegas, mas fica excluído do processo de ensino-aprendizagem. Nessa lógica, tem acesso ao sistema escolar, mas é excluído da construção do conhecimento, o que significa que estão sendo produzidas novas formas de exclusão no interior da própria escola (GLAT; PLETSCHE, 2011).

Além do sistema escolar, a responsabilidade também está nos educadores, não basta a escola estar bem preparada se no final não tiver alguém capacitado para manusear os materiais e passar o conhecimento adiante. Sem contar que muitas vezes o próprio professor nega a necessidade de aprender para poder ensinar, a vários casos de professores que só vão para as capacitações porque a instituição na qual trabalha os impõe. É comum ouvirmos que os professores não estão preparados. Sendo assim, questiona-se se a formação inicial não contribuiu para que os professores pudessem aprender. Mas muitos podendo aprender não demonstram interesse em conhecer mais sobre a inclusão.

Segundo dados levantados em 2019 pelo (IBGE), pelo menos 45 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, por isso devemos entender que cada deficiência é um tipo, que estão enquadradas em graus diferentes, tipos diferentes e pessoas diferentes. Portanto, nota-se que cada caso deve ser estudado com cuidado, pois, para cada deficiência, existem ações e materiais específicos.

Segundo Rodrigues (2010, p. 86), “A construção de uma escola inclusiva requer tempo para que as mudanças ocorram, as transformações são gradativas e algumas podem demorar mais que outras para serem feitas”.

Trabalhar com todos alunos juntos é muito importante para a processo de inclusão tanto na escola, quanto para formar melhor a parte prestativa de cada aluno, o Documento de Salamanca afirma que o:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1994, p. 5).

É certo que muitas vezes os professores de matemática não sabem como agir no momento de incluir seus alunos deficientes e por isso muitas vezes acabam agindo de maneiras e utilizando práticas não inclusivas e, pior, ainda acham que estão agindo de maneira correta e que estão ajudando os alunos. No momento em que surge nas turmas um aluno deficiente, é necessário que haja mudanças, o principal é que o planejamento de aula dos professores seja flexível, no qual será possível fazer algumas mudanças sem perder a qualidade da aula. É importante deixar claro e evidente que essas práticas são possíveis quando se tem essa troca entre professor-aluno.

DISCALCULIA

A Discalculia ou Discalculia do desenvolvimento é um transtorno específico do desenvolvimento de origem biológica que afeta a capacidade de adquirir e desenvolver habilidades matemáticas.

Em manuais médicos, a discalculia aparece como transtorno específico da habilidade em aritmética (CID-10) e transtorno específico de aprendizagem

com prejuízo na matemática. (Diagnostic and statistical manual, em português Manual de Diagnóstico e estatística, 5ª edição – DSM-5).

É importante destacar que a discalculia pode manifestar-se em alunos potencialmente dotados de capacidade em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo: português, artes, música, geografia, etc. No entanto, possui certa deficiência na matemática. Segundo Daniela Carrilho:

Um aluno com discalculia pode ter dificuldade em processos ou tarefas que envolvam conceitos de números simples – pois muitas vezes não possuem uma compreensão intuitiva sobre eles – estimativas, tempo, espaços e os procedimentos que os relacionam. Mesmo que o estudante produza uma resposta correta ou use um método correto, pode fazê-lo mecanicamente e sem confiança.

De acordo com o professor Mahesh Sharma, da Cambridge College nos Estados Unidos, os graus de discalculia do desenvolvimento consideram o tipo de intensidade da dificuldade, podendo ser classificados como:

- Suave - Dificuldade em compreender os conceitos de números negativos, variáveis algébricas e comparações de tamanho.
- Moderado – Dificuldade em tarefas diárias envolvendo cálculos de tempo e dinheiro mesmo com o uso de uma calculadora.
- SériO – Dificuldade em ordenar e comparar números inteiros, tempo e direção. Pessoas já nascem com facilidade de lidar com números e essa facilidade está localizada em uma rede específica do cérebro que se localiza no suco-interparietal e um mau desenvolvimento ou um mau funcionamento dessa área provoca a discalculia.

Estudos em neurociência vêm surgindo com muita frequência para auxiliar professores e pesquisadores da área a compreender como o cérebro funciona durante a aprendizagem. É notório o quanto as tecnologias têm avançado nesses últimos anos e vão continuar avançando, tanto que hoje pode-se recorrer a neuroimagem funcional que ajuda a diagnosticar os transtornos de aprendizagem. Mesmo com esses avanços, ainda continua sendo difícil encontrar testes que possam auxiliar especificamente na parte da discalculia.

Se trabalharmos da maneira correta podemos diminuir do caso sério para o caso moderado ou leve. Mas, além disso, é questionável como os professores podem interagir com os alunos com discalculia. Seguidamente, há uma sequência de ações que podem ser tomadas pelos docentes em casos desse tipo.

Uma delas é explicar a matéria por meio de objetos concretos e situações do cotidiano, isso facilitará a compreensão dos conceitos matemáticos. Por exemplo, a partir da partilha de uma pizza desenvolver o conceito de fração e os procedimentos da divisão. Se for identificada uma falha no sistema verbal de números, ler os problemas matemáticos em voz alta, pelo menos duas vezes, para que então a criança responda.

Se a limitação for relacionada ao sistema arábico de números, auxiliar na montagem das contas, conforme a disposição adequada, sempre reforçando os sinais aritméticas e o que significam, sempre convém utilizar sinônimos como mais/adição/soma/multiplicação.

É importante também não pedir que o aluno responda às tarefas escolares em voz alta ou no quadro. O professor deve auxiliar a criança individualmente em sua carteira e somente depois que ela compreendeu o exercício e acertou em seu caderno, deve encorajá-la a resolver um problema na frente da turma. Assim, evitam-se constrangimentos e até que a criança desenvolva aversão em relação à matemática.

Incentivar que o aluno procure o próprio erro e encorajá-lo a refazer o exercício. Lembrar de esclarecer de forma objetiva quais aspectos específicos precisam ser alterados no cálculo a ser executado para evitar que os erros ocorram novamente e para facilitar que a criança memorize a sequência correta de procedimentos requeridos no exercício. À medida que a criança adquire domínio dessas etapas as pistas devem ser progressivamente retiradas, para estimular a autonomia.

Elogiar sempre os acertos do aluno, isso desenvolverá nele uma auto confiança. Compreenda também, que esse estudante poderá executar as tarefas mais lentamente que os demais, não devendo ser pressionado ou depreciado por seu desempenho e lentidão. Evitar, ainda, revelar a nota da prova na frente de toda a turma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à questão sobre quais disciplinas, durante toda sua formação em licenciatura tiveram alguma discussão ou desenvolvimento de materiais didáticos específicos para alunos deficientes, 70,5% alunos afirmaram que não, nenhuma matéria contribuiu para discussões e ensinamentos sobre a educação inclusiva, enquanto que 29,5% alunos disseram que aprenderam algo nas aulas de Libras, Laboratório de Prática em Ensino de Matemática, Psicologia da Educação, Introdução a Educação e Sociologia. Estes apontam que tais discussões foram abordadas de maneira rasa e rápida, não se sentindo confiante a ministrarem aulas com esse público. Ao analisarmos o ementário das disciplinas é possível observar que

pouco é tratado sobre o assunto, principalmente quanto ao transtorno de aprendizagem vinculado à matemática. Em nenhuma das disciplinas é mencionado a Discalculia como algo a ser estudado, inclusive na construção de materiais que auxiliem no ensino, quando se questiona os alunos respondentes sobre a segurança que eles sentem para dar aula a uma turma a qual tem aluno(s) deficiente(s), 20 disseram que sim, estão preparados, porém 66 alunos disseram que não, não se sentem e nem estão preparados para dar aula a algum aluno deficiente.

Isso ocorre por não terem tido uma preparação para isso na sua formação, perguntamos se esses alunos gostariam de obter mais informações sobre o ensino de matemática para alunos com deficiência – 2,4% alunos disseram que não e 97,6% alunos disseram que sim. É nítido a necessidade de mais conhecimento sobre esse mundo que até então é tão pouco conhecido pelos futuros profissionais da área da educação. Para concluir nosso questionário perguntamos se os alunos conheciam algo sobre a Discalculia é algo que nos chamou a atenção, nos presentes resultados, na primeira pergunta específica quase a metade dos participantes informaram desconhecer a discalculia, o que não os qualificaria, a princípio, como capazes de identificar e conduzir os casos suspeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A. Sabemos que é previsto por legislação, desde 1994, que disciplinas voltadas à educação especial (para deficientes) sejam aplicadas nos cursos de licenciatura. Contudo, poucos alunos afirmam ter tido alguma matéria que envolva a educação inclusiva. O desenvolvimento, deste trabalho, possibilitou uma análise acerca da formação dos professores de licenciatura em matemática, o que nos mostra a necessidade de a educação inclusiva ser mais abordada durante o curso. Os professores, teoricamente, são os profissionais que podem colaborar com a identificação precoce. O estudo, no entanto, mostra que o tema não é suficientemente abordado na formação dos professores e que estes ainda não têm domínio suficiente sobre as suas características, sentindo-se inseguros para lidar com o distúrbio. Além desse fato, também nos permitiu evidenciar, através de questionários, que os alunos almejam mais conhecimento sobre a inclusão e que ainda não se sentem preparados para o que os espera em um futuro não tão distante. Neste sentido, acredita-se que a inserção dessa temática na formação inicial poderia favorecer a familiaridade do professor com o tema. Para isso a discussão deve ser inserida no âmbito do colegiado do curso e da direção do campus para possíveis intervenções.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Lanúzia Almeida Brum; DE LARA, Isabel Cristina Machado. Discalculia: Um mapeamento de artigos brasileiros. Abakós, 2017. Acesso em: 11 de fevereiro de 2021.
- AVILA, Lanúzia Almeida Brum et al. Avaliação e intervenções psicopedagógicas em crianças com indícios de discalculia. 2017. Acesso em: 07 de maio de 2021.
- BERNARDI, Jussara. Alunos com discalculia: o resgate da auto-estima e da autoimagem através do lúdico. 2006. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Acesso em: 16 de março de 2021.
- DA SILVA PIMENTEL, Letícia; DE LARA, Isabel Cristina Machado. Discalculia: o cérebro e as habilidades matemáticas. In: Anais do vii Congresso Internacional de Ensino da Matemática, 2017, Brasil. 2017. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- FONT, Vicenç; BREDÁ, Adriana; SALA, Gemma. Competências profissionais na formação inicial de professores de matemática. Praxis Educacional, v. 11, n. 19, p. 17-34, 2015. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- GLAT, R.; BLANCO, L. PLETSCHE, MD Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011. Acesso em: 11 de maio de 2021.
- JACINTO, Jaime Ferreira. Discalculia: uma limitação na aprendizagem. FAFI2005. Disponível em: <http://www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo9359.pdf>. v. 12, 2016. Acesso em: 26 de abril de 2021.
- KOSC L. Developmental dyscalculia. J Learn Disabil. 1974;7:159- 162 MACACARI, Priscila da Silva. Discalculia: transtorno de aprendizagem em matemática. 2011. Acesso em: 14 de maio de 2021.
- PASSOS, Adriana Quimentão et al. Dificuldade de aprendizagem em Matemática: Discalculia. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 12, n. 1, 2011. Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.
- RODRIGUES, Thiago Donda. Educação matemática inclusiva. Interfaces da educação, v. 1, n. 3, p. 84-92, 2015. Acesso em: 28 de abril de 2021.
- SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. SUMÁRIO OUTUBRO 2005, p. 7, 2005. Acesso em: 01 de junho de 2021.
- SILVA, Monica Aparecida da et al. Discalculia e aprendizagem de matemática: um estudo de caso para análise de possíveis intervenções pedagógicas. 2016. Acesso em: 08 de abril de 2021.
- VASCONCELOS, Silvia Cristina Ravasio; MANRIQUE, Ana Lucia. Percepções de professores que lecionam Matemática sobre a Educação Inclusiva. Revista Eletrônica de Educação Matemática, v. 9, n. 1, p. 139-158, 2014. Acesso em: 07 de junho de 2021.